
ANEXO

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA AMERICAN BANKNOTE S.A.", CONSOLIDADO

ENTRE

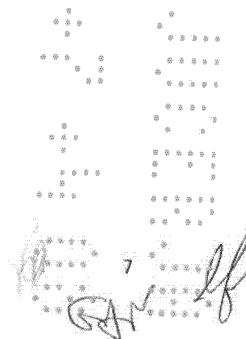
AMERICAN BANKNOTE S.A.,
como Emissora,

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente emissão

Datado de 25 de março de 2008

Aditado em 3 de abril de 2008



**"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA AMERICAN BANKNOTE S.A.**

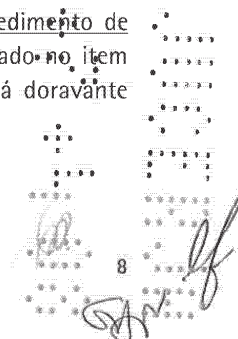
Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

- (a) **AMERICAN BANKNOTE S.A.**, sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua Peter Lund nº 146, São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.113.309/0001-47, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e
- (b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário", sendo que a Emissora e o Agente Fiduciário serão doravante denominados em conjunto como "Partes" e individualmente como "Parte");

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da American Banknote S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização do Conselho de Administração da Emissora conforme deliberações tomadas em reuniões realizadas em 28 de janeiro de 2008 e em 3 de março de 2008, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações. Uma nova reunião do Conselho de Administração deverá ser realizada após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), para fins de aprovação do *Spread* (conforme definido abaixo) indicado no item 4.9.2. desta Escritura de Emissão. Cada reunião do Conselho de Administração será doravante denominada "RCA" ou, em conjunto, "RCAs".



Handwritten signature and stamp, likely representing the Agent Fiduciary, with the number 8 visible.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

As Debêntures serão objeto de distribuição pública realizada com observância dos seguintes requisitos ("Oferta"):

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação das Atas da RCA

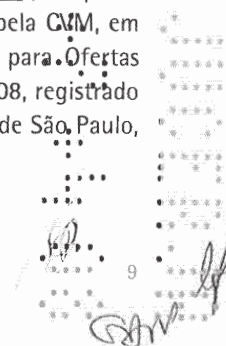
As atas das RCAs realizadas em 28 de janeiro de 2008 e em 3 de março de 2008 foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), respectivamente, em 31 de janeiro de 2008, sob n.º 00001772118, e em 06 de março de 2008, sob o n.º 00001780281, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, edição nacional, em 31 de janeiro de 2008 e em 13 de março de 2008, nos termos do inciso I, do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A ata da RCA que aprovar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será igualmente arquivada na JUCERJA e publicada nos jornais anteriormente indicados, nos termos acima mencionados.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o inciso II, do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, em atendimento ao artigo 23 e seguintes do "Código de Auto-Regulação da ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", de 21 de janeiro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 5032012.



9

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário, por meio (a) do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e/ou (b) do Sistema de Negociação Bovespa Fix ("BOVESPA FIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (ii) negociação no mercado secundário, por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (b) do BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da CBLC, conforme o caso.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

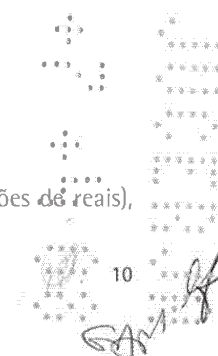
De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora compreende: (i) a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, e papel moeda; (ii) indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos, embossamento e codificação de cartões; (iii) personalização, codificação e microfilmagem de documentos; (iv) prestação de serviços de identificação, inclusive por reconhecimento biométrico; (v) prestação de serviços técnicos, planejamento e consultoria sobre materiais de segurança e sobre sistemas de informática, manutenção de equipamentos e assistência técnica em geral; (vi) desenvolvimento de aplicativos e sistemas de informática; (vii) gerenciamento de sistemas e prestação de serviços de processamento de dados, sorteios, jogos e correlatos; (viii) desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos; (ix) atividade comercial em geral, incluindo a representação comercial; importação e exportação; (x) locação de máquinas e equipamentos; (xi) participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou exterior, como sócia, quotista ou acionista; e (xiii) outras atividades diretamente relacionadas aos itens (i) a (xii).

3.2. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), ("Valor Total Inicial da Emissão"), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).



3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 16.500 (dezesesseis mil e quinhentas) Debêntures.

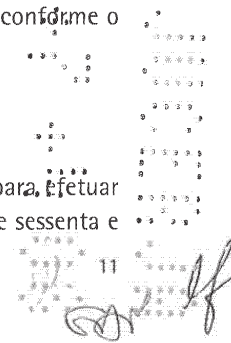
3.4.2. Para os fins do disposto no parágrafo segundo, do artigo 14, da Instrução da CVM nº 400, havendo demanda por parte dos investidores, a quantidade de Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta poderá ser elevada, exclusivamente na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, mediante aprovação das instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela coordenação e colocação da Oferta (cada, um "Coordenador", e em conjunto "Coordenadores"), em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Valor Total Inicial da Emissão ("Lote Adicional"), excluído o eventual Lote Suplementar (conforme definido abaixo) e observado o limite a que se refere o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o montante de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) para a totalidade das Debêntures emitidas. A distribuição do Lote Adicional será conduzida pelos Coordenadores em regime de melhores esforços.

3.4.3. Para os fins do disposto no artigo 24, da Instrução CVM nº 400, havendo demanda por parte dos investidores que a justifique, a Emissora concederá aos Coordenadores a opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures em montante correspondente a, no máximo, 15% (quinze por cento) do Valor Total Inicial da Emissão ("Lote Suplementar"), excluído o eventual Lote Adicional e observado o limite a que se refere o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o montante de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) para a totalidade das Debêntures emitidas. A opção de distribuição do Lote Suplementar foi outorgada pela Emissora aos Coordenadores por meio da RCA realizada em 3 de março de 2008, mas somente será exercida na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, e será conduzida em regime de melhores esforços.

3.4.4. Será dispensado tratamento idêntico às Debêntures que representem o Valor Total Inicial da Emissão e às Debêntures do Lote Adicional e do Lote Suplementar, sendo que todas possuirão as mesmas características e farão jus aos mesmos direitos, conforme previstos na Escritura de Emissão, exceto no tocante ao regime de colocação. As Debêntures que representem o Valor Total Inicial da Emissão serão colocadas sob o regime de garantia firme e as Debêntures do Lote Adicional e do Lote Suplementar serão colocadas sob o regime de melhores esforços, conforme o disposto nos itens 3.4.2. e 3.4.3. acima.

3.5. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão preferencialmente utilizados para, efetuar o pagamento da parcela em dinheiro, no montante de até R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e



11

cinco milhões de reais) (a sofrer determinados ajustes), do preço de aquisição da sociedade Interprint Ltda. e suas controladas, nos termos de Acordo de Investimentos celebrado pela Emissora em 28 de janeiro de 2008. Os recursos remanescentes decorrentes da colocação das Debêntures, inclusive na hipótese de a aquisição da Interprint Ltda. e dessas sociedades objeto do Acordo de Investimentos não ser consumada, por qualquer motivo, serão utilizados pela Emissora para cobrir suas necessidades de capital de giro no curso normal de suas atividades e para a expansão de seus negócios por meio de eventuais aquisições.

3.6. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário e Escriturador").

3.8. Limite Legal

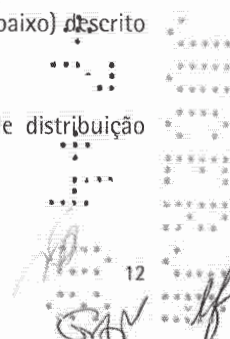
O valor total da Emissão, incluindo-se o Valor Total Inicial da Emissão e os montantes referentes à eventual colocação de Lote Adicional e/ou Lote Suplementar, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, era de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, de forma não solidária, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do sistema do SDT e do BOVESPA FIX, mediante observância do Plano de Distribuição (conforme definido abaixo) descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.1.1. As Debêntures do Lote Adicional e do Lote Suplementar serão objeto de distribuição pública sob regime de melhores esforços.



4.1.2. As Debêntures serão colocadas para o público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("Plano de Distribuição"):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas junto ao público em geral, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. Os Coordenadores organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo, do artigo 23, e do artigo 44, da Instrução CVM n.º 400, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

4.1.2.2. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora e será divulgado nos termos do parágrafo segundo, do artigo 23, da Instrução CVM n.º 400. As Partes se comprometem a aditar a presente Escritura de Emissão para que dela conste a taxa final de juros aplicável às Debêntures, nos termos do item 4.9.2.

4.1.2.3. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400 e conforme deliberação das RCAs de 28 de janeiro de 2008 e de 3 de março de 2008, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição da totalidade das Debêntures que representam o Valor Total Inicial da Emissão.

4.1.2.4. A quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser aumentada de acordo com o disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 desta Escritura de Emissão, o que, se ocorrer, deverá ser refletido no aditamento mencionado no item 4.1.2.2. acima.

4.1.2.5. Na hipótese de não conclusão da Oferta após o seu início, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão da Emissora os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de aviso aos debenturistas ("Aviso aos Debenturistas") informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, corrigidos pela Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de integralização até a data de restituição dos valores pela Emissora aos investidores.

4.1.2.6. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. Nos termos do artigo 54 da Instrução CVM n.º 400, a colocação das Debêntures ao público investidor somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do

Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo (conforme definido abaixo) da Oferta ao público investidor.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de abril de 2008 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa escritural, simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pela CETIP, acompanhado de extrato em nome do titular de Debênture ("Debenturista") emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND e, para as Debêntures depositadas na CBLIC, será emitido extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures, conforme o caso.

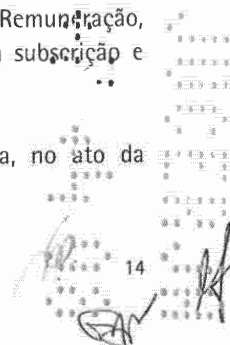
4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, e, se aplicável, de acordo com as normas aplicáveis à CETIP e à CBLIC.



4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de abril de 2013 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em 5 (cinco) parcelas idênticas e sucessivas, a partir do 36º (trigésimo-sexto) mês a partir da Data de Emissão, isto é, 20 de abril de 2011 (inclusive), de acordo com o cronograma abaixo (as "Amortizações Programadas" e as "Datas de Amortização Programada", respectivamente):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização
20.04.2011	20%
20.10.2011	20%
20.04.2012	20%
20.10.2012	20%
20.04.2013	20%

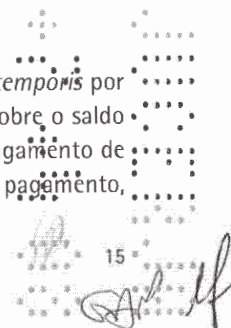
4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado.

4.9.2. As Debêntures farão jus a juros correspondentes à acumulação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ("Spread") a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding* na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

4.9.2.1. O Spread deverá constar de aditamento à presente Escritura de Emissão.

4.9.2.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.



que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula expressa no item 4.9.3 abaixo.

4.9.2.3. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, sempre no dia 20 dos meses de outubro e abril, ou no primeiro dia útil subsequente, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de outubro de 2008 e o último, na Data de Vencimento, qual seja, 20 de abril de 2013 (cada, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

4.9.2.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e termina na Data de Pagamento de Remuneração do respectivo período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3. O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

em que:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

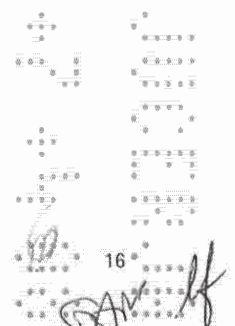
Fator DI = produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

sendo que:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

em que:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;



TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

sendo que:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

em que:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro;

sendo que:

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

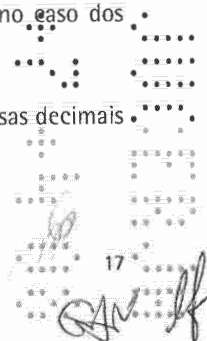
$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

em que:

Spread = Taxa final do *Bookbuilding*, na forma percentual, ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro período de capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.9.3.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.



4.9.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

4.9.3.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

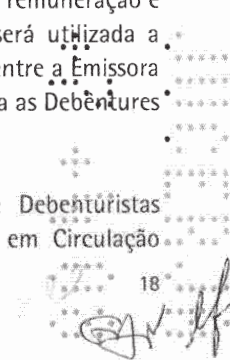
4.9.3.4. Considera-se o resultado da multiplicação ("FatorDI" x "FatorSpread") com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.3.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.9.4. Na hipótese de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência da Taxa DI"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não puder ser utilizada em razão de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por proibição legal ou determinação judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para deliberar, em comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta do Banco Central do Brasil e da CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Novo Parâmetro"), o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração e para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do Novo Parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.9.6. Caso não haja acordo sobre o Novo Parâmetro entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação



18

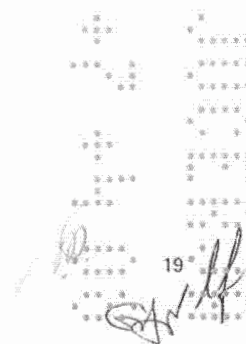
(conforme definido na Cláusula 7.7 a seguir), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (b) amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.9.2.3 acima, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada um Novo Parâmetro definido por Debenturistas representando, no mínimo, (i) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembléia Geral de Debenturistas realizada em primeira convocação ou (ii) a maioria dos presentes à Assembléia Geral de Debenturistas realizada em segunda convocação, e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

4.9.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.5., referida Assembléia Geral de Debenturistas será automaticamente cancelada e a nova Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.



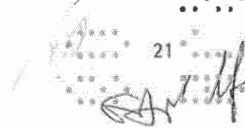
4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. As seguintes hipóteses serão consideradas como eventos de vencimento antecipado das Debêntures, quando o Agente Fiduciário deverá observar o disposto nesse item 4.11. e, se for o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento:

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação de falência, pedido de auto-falência (tenha ou não sido deferido ou homologado), ou ainda, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora;
- (b) pedido de falência formulado por terceiros que não seja elidido no prazo legal;
- (c) não cumprimento de quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, relacionadas a esta Escritura de Emissão, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do descumprimento;
- (d) não cumprimento pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas a esta Escritura de Emissão e/ou na legislação em vigor, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário a este respeito;
- (e) envolvimento da Emissora em qualquer operação de cisão, fusão ou incorporação, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto na hipótese de ser assegurado o direito de resgate das Debêntures aos seus respectivos titulares, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) rebaixamento da classificação de risco da emissão para dois níveis abaixo do *rating* Aa3.br, conforme classificação da Moody's América Latina, ou classificação equivalente da Standard & Poor's ou Fitch Ratings;
- (g) inadimplemento cruzado (*cross default*) e vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*) com relação a obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, envolvendo valores superiores a R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais) ou seu contra-valor em outras moedas, conforme aplicável, consideradas individualmente ou em conjunto (desde a Data de Emissão e enquanto as Debêntures estiverem em circulação);

- (h) pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, observado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou, por qualquer outra forma, distribuição pela Emissora de todo ou parte de seu resultado, se a Emissora estiver em mora com relação a quaisquer obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão;
- (i) redução do capital social da Emissora sem a prévia e expressa aprovação pela maioria dos Debenturistas, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial ou laudo arbitral transitada(o) em julgado contra a Emissora e/ou suas sociedades controladas, no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento, envolvendo valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas, conforme aplicável, consideradas individualmente ou em conjunto (desde a Data de Emissão e enquanto as Debêntures estiverem em circulação);
- (l) comprovação de inveracidade de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão que afete de forma adversa e relevante as Debêntures e que não seja sanada pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação do Agente Fiduciário a este respeito;
- (m) protesto de títulos contra a Emissora envolvendo valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto (desde a Data de Emissão e enquanto as Debêntures estiverem em circulação), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do protesto, a Emissora provar ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) (i) foi(ram) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, (ii) foi(ram) cancelado(s) ou (iii) foi(ram) suspenso(s);
- (n) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (o) comprovação de inveracidade, insuficiência, inconsistência e/ou falta de qualidade de qualquer das informações e declarações fornecidas pela Emissora, ou de qualquer forma a ela relacionadas, incluídas no Prospecto de emissão das Debêntures e que sejam significativas para os titulares das Debêntures na tomada de decisão quanto ao investimento ou não nas Debêntures;

21



- (p) não cumprimento, pela Emissora, a partir do primeiro trimestre social em que recai a Data de Emissão, inclusive, e até o pagamento integral das Debêntures, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis à Emissora ("Índices e Limites Financeiros"), os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA:

$$\frac{\text{Total da Dívida Líquida}}{\text{EBITDA}} \leq 2,5$$

2) Relação de Cobertura de Juros:

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Financeira}} \geq 2,0$$

Para os fins do disposto nesta alínea:

"Dívida Líquida" significa o saldo de dívidas bancárias de curto e longo prazo, incluindo a Dívida relativa às Debêntures, menos o numerário disponível (disponibilidades) em caixa.

"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido, relativo a um período de 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

"Despesas Financeiras" significam as despesas relativas a um período de doze meses efetivamente contabilizadas, referentes às Debêntures e dívidas bancárias.

Todos os valores utilizados para cálculos dos índices retro mencionados se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

4.11.1.1. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a) a (g) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas do item 4.11.1. acima, será a data para a qual seja convocada a Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.2. abaixo, ainda que tal Assembléia Geral de Debenturistas não se realize por falta de quorum, exceto se tal

Assembleia Geral determinar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum previsto no item 4.11.3. abaixo.

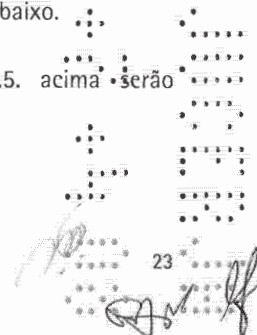
4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 4.11.1. acima, com exceção dos eventos previstos nas alíneas (a) a (g) de referido item, em que o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independentemente de deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.2. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Uma vez declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá comunicar o fato à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário e Escriturador por meio do envio de correspondência com aviso de recebimento, nos endereços indicados nesta Escritura de Emissão. As correspondências ora referidas deverão ser enviadas pelo Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) dias contados da Data de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15. abaixo.

4.11.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.



23

4.12. Oferta de Recompra

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração, realizar oferta de recompra total ou parcial das Debêntures ("Oferta de Recompra"), endereçada a todos os Debenturistas sem distinção e sendo assegurado aos mesmos igualdade de condições para aceitar a oferta, em condições a serem estabelecidas por ocasião do exercício da Oferta de Recompra.

4.12.2. As Debêntures recompradas poderão ser canceladas, mantidas em tesouraria ou recolocadas pela Emissora.

4.13. Resgate Antecipado Facultativo

4.13.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir do 37º (trigésimo-sétimo) mês a partir da Data de Emissão, mediante deliberação em reunião do Conselho de Administração, resgatar antecipadamente, de forma total ou parcial, as Debêntures ("Resgate Antecipado").

4.13.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.9.2. desta Escritura; e (ii) de prêmio de resgate equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, a incidir da data de resgate até a data de vencimento das Debêntures, sobre o valor de face das Debêntures, acrescido dos juros remuneratórios.

4.13.3. As Debêntures resgatadas serão liquidadas e canceladas pela Emissora.

4.13.4. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito, conforme o caso, (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ou (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX, e/ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicada pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário e Escriturador, no caso de Debenturistas que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

4.14. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde da Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no

24

parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas no mercado.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da remuneração das debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, inclusive da Remuneração prevista no item 4.9., os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso e sem prejuízo da Remuneração devida.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

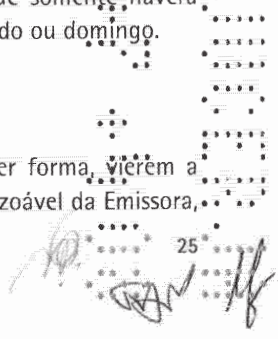
Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP ou na CBLC terão os seus pagamentos realizados por meio do Banco Mandatário e Escriturador.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o primeiro dia útil subsequente se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora,



em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.20. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Manutenção e/ou Garantia de Liquidez

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

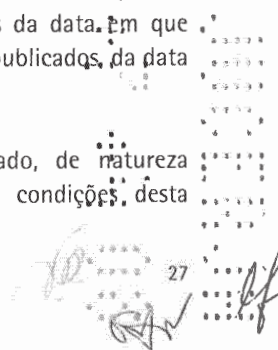
5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data da sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) quando solicitado, cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM nº 202") (ou qualquer outra que venha a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (iii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data da divulgação dos seus demonstrativos financeiros anuais completos, o que ocorrer primeiro, declaração do Diretor de Relação com

Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;

- (iv) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre social, cópia das respectivas informações financeiras trimestrais, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;
- (v) dentro de, no máximo, 10 (dez) dias corridos contados (1) da data em que qualquer autorização ou licença (inclusive ambiental) relevante exigida da Emissora pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades seja renovada, prorrogada ou substituída, cópia da autorização ou licença que substitua a anterior ou do respectivo instrumento de renovação ou prorrogação; ou (2) da data em que qualquer das autorizações ou licenças acima mencionadas vença e deixe de ser renovada ou seja cancelada, revogada ou suspensa, notificação informando ao Agente Fiduciário a respeito do referido vencimento, revogação, cancelamento ou término de vigência. As autorizações e licenças exigidas atualmente da Emissora para os fins deste item são aquelas listadas no Anexo I;
- (vi) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28");
- (vii) cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data, em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições, desta

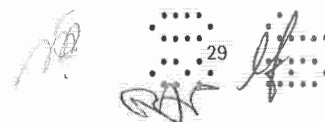


27

Escritura de Emissão, imediatamente após o descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;

- (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (j) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;

- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, com o contrato de distribuição das Debêntures a ser celebrado com os Coordenadores ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (l) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Escriturador, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação no mercado secundário SND e BOVESPA FIX;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) contratar agência classificadora de Risco de renome internacional a ser indicada pelos Coordenadores e aprovada pela Emissora, necessariamente a Moody's América Latina ou a Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Agência de Rating"), para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se, a partir de referida contratação, a:
 - (i) manter contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures a Agência de Rating para que esta divulgue relatório com periodicidade, no mínimo, anual;
 - (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em Circulação, a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures;
 - (iii) divulgar ou permitir que a Agência de Rating divulgue relatório com a súmula da classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações;
 - (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco das Debêntures no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e
 - (v) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco atribuída às Debêntures; e
- (p) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.



5.2. As despesas a que se refere a alínea (n) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da alínea (n) do item 5.1. desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.2. Em caso de inadimplemento pela Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem, outrossim, os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO



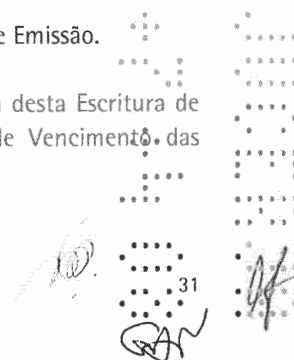
Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 30.

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos no respectivo estatuto necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28/83;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 31.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devido pela Emissora ao Agente Fiduciário o quanto segue:

- (a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas trimestrais de R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos meses de julho, outubro, janeiro e abril, até a Data de Vencimento;
- (b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures conforme venha a ser requerido pela Emissora, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e em Assembléias Gerais de Debenturistas, (iii) bem como à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas";
- (c) a remuneração prevista na alínea (a) e (b) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, observado que a remuneração de que trata essa alínea (c) será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário;
- (d) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
- (f) as parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS),

32



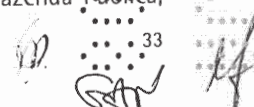
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração;

- (g) a remuneração do Agente Fiduciário conforme indicada nos itens (a) e (b) acima não inclui eventuais despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias que se demonstrem necessárias para o exercício da função de agente fiduciário, as quais devem ser quitadas pela Emissora mediante (i) pagamento das respectivas faturas emitidas pelo Agente Fiduciário, que devem estar acompanhadas dos respectivos comprovantes de despesas, ou (ii) reembolso, nos casos em que a despesa tiver sido previamente aprovada pela Emissora.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

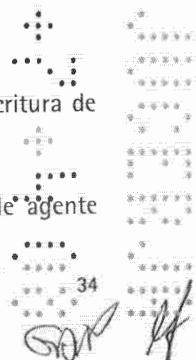
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores civis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública,

33



Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Companhia exerça suas atividades;

- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (i) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 5.1.(o) acima, bem como encaminhar à ANBID o relatório de classificação de risco das Debêntures (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b), do parágrafo primeiro, do artigo 68, da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;



34

- vii. Amortizações Programadas, Amortizações Extraordinárias e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - ix. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e
 - v. na sede dos Coordenadores.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão,



indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (s) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente não será responsabilizado pela não adoção das medidas previstas nos subitens (a), (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, a unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação assim o decidir. Na hipótese do disposto no subitem (d) acima, será suficiente a aprovação pela maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela

Emissora, por Debenturistas, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

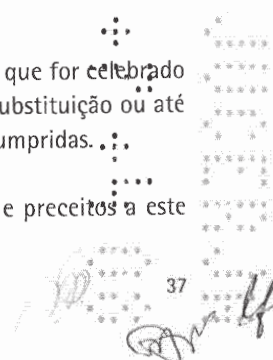
6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28 e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA junto com o presente instrumento.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.



37

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

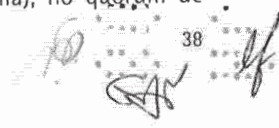
7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão tomadas por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo de outras deliberações descritas nesta Escritura de Emissão, quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, no fluxo da Amortização Programada, na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.6. acima), no quorum de

38



deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto *nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.7. Para efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas Debêntures em Circulação ("Debêntures em Circulação") aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam de propriedade de seu(s) acionista(s) controlador(es) (direto(s) ou indireto(s)) ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como aos respectivos diretores ou conselheiros e parentes de até segundo grau de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

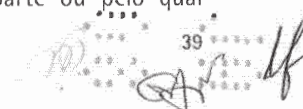
7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures, não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a), qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual

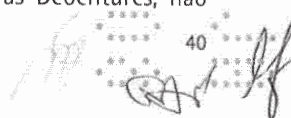
39



quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis e necessários à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 contidas nos Prospectos Definitivo e Preliminar (conforme definido abaixo) representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", respectivamente, e, quando referidos em conjunto, o "Prospecto") contêm nesta data e conterão, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não

40



contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

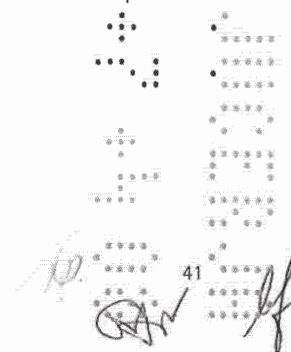
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e à Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.5. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

American Banknote S.A.
Avenida Presidente Wilson nº 231, 16º andar
20030-905 – Rio de Janeiro – RJ



At.: Sr. Sylio Ferreira Swerts
Diretor Administrativo Financeiro
Tel.: (21) 2195-7208
Fax: (21) 2195-8590
E-mail: sylio@abnote.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205
22640-100 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. José Alexandre Freitas
Tel.: (21) 2493-7003
Fax: (21) 2493-4746 / (21) 2493-4901
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / freitas@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara
Osasco - SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou

remédios ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

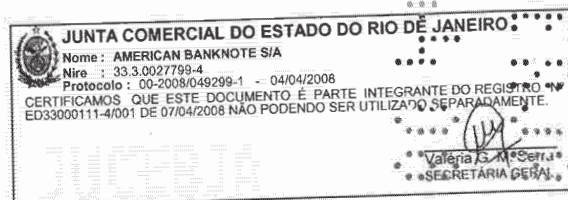
10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

Cláusula Onze – DO FORO

Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."



**ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
AMERICAN BANKNOTE S.A.**

Licença	Nº	Órgão Expeditor	Emissão	Validade
Operação	32002875	CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Governo do Estado de São Paulo	27.04.2006	27.04.2009
Operação	6003284	CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Governo do Estado de São Paulo	12.04.2006	12.04.2009
Operação	FE004011	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Governo do Estado do Rio de Janeiro	04.07.2003	04.07.2008
Operação	FE006348	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Governo do Estado do Rio de Janeiro	25.10.2004	25.10.2009
Operação	FE004165	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Governo do Estado do Rio de Janeiro	11.11.2003	11.11.2008
Operação	FE010162	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Governo do Estado do Rio de Janeiro	20.12.2005	20.10.2010
Operação	FE004504	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Governo do Estado do Rio de Janeiro	18.09.2003	18.09.2008
Operação	4502/2007-DL	FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - Estado do Rio Grande do Sul	15.08.2007	14.08.2011
Certificado de Homologação	0124-06-2944	ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	18.01.2006	Indeterminada
Certificado de Homologação	0087-04-0640	ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	02.02.2004	Indeterminada

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]